

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE CRECHE: CONSTRUÇÃO COMPARTILHADA

GOMES, Marineide de Oliveira Gomes – UNIFESP – Guarulhos –
marineide@directnet.com.br

A Comunicação proposta ao Círculo de Cultura do VI Encontro Internacional Fórum Paulo Freire busca socializar uma ação institucional de produção de Projeto Político Pedagógico, levada a efeito no Centro de Convivência Infantil - CCI-HC-USP Ribeirão Preto (instituição de educação infantil do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto), de forma coletiva, considerando as vozes dos múltiplos agentes envolvidos nesse processo: crianças, famílias, equipe de apoio, de educadores e de gestão. Busca-se nesse processo dialógico envolver **todos** os que fazem a educação nesse ambiente institucional, de maneira a identificar: a avaliação sobre o trabalho que realizam, as perspectivas que têm sobre a sua melhoria e a necessária co-responsabilização para eventuais mudanças.

Situando o cenário em que os CCIs foram criados no estado de São Paulo, vale destacar que a partir de meados da década de 1970 houve uma expansão na oferta de creches e pré-escolas em função da pressão da demanda exercida por movimentos organizados da sociedade civil e, também, da preocupação do governo militar da época que temia uma “explosão” das camadas populares, considerando a acentuação do nível de pobreza existente à época. Nessa perspectiva, o importante era atender a todas as crianças “necessitadas”, deixando de lado a preocupação com padrões de qualidade e de formação profissional para esse atendimento. No início da década de 80, o número de matrículas em creches e pré-escolas continuou a ascender e junto ao aumento da demanda cresceu, também, o ingresso de funções docentes leigas, isto é, com formação inferior ao ensino médio completo (ROSEMBERG, 1999).

É inegável que o contexto em que a rede de CCIs foi desenvolvida e que, foram pensadas as concepções a reger as finalidades do Programa dos Centros de Convivência Infantil influenciou o modo pelo qual a instituição de educação infantil do Hospital das Clínicas de da USP Ribeirão Preto foi estruturada ao longo de seus 27 anos de atendimento à criança pequena. Aliado às questões históricas, é importante levar em conta, também, que o CCI-HC-USP Ribeirão Preto é uma creche situada num ambiente

hospitalar, ou seja, uma instituição que atende os filhos de um público servidor da área da saúde. Esse é um fato que contribuiu para que a creche fosse pensada, estruturada e organizada a partir de uma perspectiva higienista, buscando assegurar à criança cuidados básicos relativos à saúde, o que serviu para acentuar, desse modo, a dicotomia entre cuidados e educação.

A ênfase na preocupação com a saúde, bem como a presença de uma “laicização” do corpo de educadoras apoiada em baixos salários é algo bastante presente no movimento histórico do CCI HC. No período que seguiu à sua inauguração o atendimento aos bebês foi realizado por funcionárias da área da Saúde, mais especificamente, atendentes de enfermagem, que foram transferidas do seu local de trabalho (Unidades Pediátricas) para prestar serviços na creche. O primeiro concurso para contratação de pessoal a fim de completar o quadro de funcionários da creche ocorreu apenas em 1986, mas, também, não foi exigida nenhuma qualificação na área educacional àquelas pessoas que iriam atuar diretamente com as crianças; a única exigência é que os futuros “educadores” possuíssem a 6ª série do ensino fundamental completa. Somente com as exigências advindas da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB EN nº 9394/96) é que a instituição passou a realizar contratações, por meio da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto (FAEPA), com exigência de Magistério (nível médio) ou Pedagogia para a função de educadores. No entanto, no ano de 2004 foi realizado um concurso para a função de Atendente,¹ cuja única exigência de formação era a conclusão do Ensino Médio.

Com relação ao acesso à vaga, atualmente, o CCI HC atende a todas as mães funcionárias do Hospital, bem como os filhos das alunas do curso de Graduação e Pós-graduação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e médicas residentes. No total são atendidas 183 crianças. O CCI-HC ainda não atende à demanda dos pais (homens) funcionários do Hospital ou estudantes (homens) da área da Saúde, limitando-se ao atendimento ao direito da mãe trabalhadora. Este é um fator importante na análise da creche como direito da criança, independente do pai ou mãe trabalharem.

Assim como Paulo Freire, reconhecemos que educar é uma tarefa que supõe a libertação dos determinismos, a reflexão crítica e prática e o diálogo, visando o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos. Aqui, além da autonomia dos sujeitos, a

¹ Atendente e recreacionista são designações dadas às funções das profissionais que atuam diretamente junto às crianças

autonomia institucional também se coloca, uma vez que a relação do CCI com o hospital que o mantém apresenta-se referendada ainda em preceitos institucionais da área da Saúde, com pouca absorção dos ares educacionais. Para Paulo Freire:

A formação dos professores e das professoras deveria insistir na constituição deste saber necessário e que me faz certo desta coisa óbvia, que é a importância inegável que tem sobre nós o contorno ecológico, social e econômico em que vivemos. E ao saber teórico desta influência teríamos que juntar o saber teórico-prático da realidade concreta em que os professores trabalham. ...Preciso tornar-me, se não absolutamente íntimo de sua forma de estar sendo, no mínimo, menos estranho e distante dela. E a diminuição de minha estranheza ou de minha distância da realidade hostil em que vivem meus alunos não é uma questão de pura geografia. Minha abertura à realidade negadora de seus projetos de gente é uma questão de real adesão de minha parte a eles e a elas, a seu direito de ser. Não é mudando-me para uma favela que provarei a eles e a elas minha verdadeira solidariedade política sem falar ainda na quase certa perda da eficácia de minha luta em função da mudança mesma. O fundamental é minha decisão ético-política, minha vontade nada piegas de intervir no mundo (Freire, 1996, pp.137-138).

Considerando que a qualidade do trabalho educativo envolve o compromisso dos educadores no processo e nos resultados das ações empreendidas, busca-se, para a realização do diagnóstico a que nos referimos, e posteriormente, para a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PADILHA, 2002), situá-lo num contexto de apoio e de reconhecimento profissional, tendo como base a construção de relações de confiança entre as equipes de trabalho (HARGREAVES, 1999), de maneira à co-responsabilizá-las com as eventuais alterações que seriam necessárias e viabilizar naquele contexto, culturas de colaboração. Há nesse processo, incentivo à que as educadoras voltassem a estudar, a implementação de uma rotina de planejamento das atividades, com a interlocução de uma pedagoga e o cuidado de buscar fazer junto atividades educativas com as crianças, na perspectiva de construir um saber-fazer educativo e pedagógico novo naquela história institucional.

Temos como estratégia nessa ação pedagógica a realização de diagnósticos setoriais (equipes de gestão, educadores, famílias, apoio e as próprias crianças usuárias do serviço) identificando as demandas desses segmentos e as perspectivas de alterações nas rotinas – visando a melhoria do trabalho educacional, com vistas à elaboração do Projeto Político Pedagógico da unidade de maneira coletiva/participativa, co-responsabilizando os diferentes segmentos envolvidos nesse processo. Tais diagnósticos

setoriais serão cotejados entre si, de maneira a possibilitar uma visão global da instituição educativa que visa concretizar a díade: educação -cuidados de crianças pequenas em ambientes coletivos.

Tais diagnósticos, organizados na forma de questionários, contemplam questões abertas e fechadas acerca das concepções de criança e infância, desenvolvimento infantil, avaliação do trabalho desenvolvido no CCI-HC, considerações sobre o que é uma boa creche e o que caracteriza um bom educador de creche, questões relativas à gestão da unidade, à rotina de atividades com as crianças, a relação creche/família e à participação dos diferentes segmentos, entre outros aspectos.

Procuramos não dissociar nessa ação institucional o político do pedagógico. Assim como Veiga, consideramos que,

A principal possibilidade de construção do Projeto Político Pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundando na reflexão coletiva. Portanto, é preciso entender que o Projeto Político Pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula. (Veiga, 1995, p.14)

Desenvolvemos uma metodologia participativa/qualitativa (GÓMEZ, FLORES, JIMÉNEZ, 1999), fazendo uso de questionários com os diferentes segmentos de educadores atuantes, equipe de apoio, famílias e equipe de gestão. Com os grupos de crianças que conseguem verbalizar (a partir de 2 anos), realizamos atividades relacionadas a uma história que se inicia e tem o seu desfecho contado por elas próprias, com relação ao que elas acreditam que seja uma “*creche legal*” (CRUZ, 2006). Atuamos também com desenhos, seguidos de verbalizações entre criança e educadoras.² Ao final, pretende-se reunir cada um desses segmentos para apresentação dos resultados. Em seguida, com todos (educadores, apoio, gestão e famílias), serão apresentados os resultados advindos de cada segmento, objetivando empreender ações para a organização do Projeto Político Pedagógico da unidade.

Guiados por uma visão democrática de Educação em que o trabalho coletivo se constrói na/pela ação dos envolvidos, objetivamos que esse processo participativo

² Efetuamos a adaptação de uma história que coloca as crianças pequenas como protagonistas no enredo da mesma, buscando soluções coletivas para o que seria para elas “*uma creche legal*”.

engendre uma cultura de participação e de co-responsabilização com os rumos institucionais da unidade, no processo e no produto do trabalho, ao mesmo tempo em que poderá colocar em relevo as concepções de atendimento educacional à criança pequena em creches, dados esses necessários para efetuarmos problematizações acerca da função social das instituições de educação infantil, em especial, aquelas que atendem à crianças de zero a três anos de idade, inseridas que estão no âmbito da Educação e dos sistemas de ensino municipais e primeira etapa da educação básica, fazendo emergir nesse processo, alguns indicadores de qualidade (OLIVEIRA-FORMOSINHO,2001) referenciados naquele contexto institucional.

Referências

CONSULTA sobre Qualidade da Educação Infantil: o que pensam e querem os sujeitos deste direito. São Paulo: Cortez, 2006.

CRUZ, Silvia Helena Vieira. A Qualidade na Educação Infantil, na fala das crianças. In NETO, João Clemente de S.; NASCIMENTO, Maria Letícia B.P. (orgs.) **Infância: Violência, Instituições e Políticas Públicas**. São Paulo: Expressão e Artes, 2006, p. 73-99.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Marineide de Oliveira. Educar, Cuidar e Socializar o Educador de Crianças Pequenas: pistas para a formação. In NETO, João Clemente de S.; NASCIMENTO, Maria Letícia B.P. (orgs.) **Infância: Violência, Instituições e Políticas Públicas**. São Paulo: Expressão e Arte, 2006, p. 61-70.

GÓMEZ, Gregório R.; FLORES, Javier Gil; JIMÉNEZ, Eduardo G. **Metodología de la Investigación Cualitativa**. Málaga: Ediciones Aljibe, 1999.

HARGREAVES, Andy. **Profesorado, Cuytura y Postmodernidad (cambias los tiempos, cambia el profesorado)**. Madrid: Morata, 1999.

OLIVEIRA, Zilma Moraes R. **Educação Infantil: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia de; KISHIMOTO, Izuko M.; PINAZZA, Mônica A. **Pedagogia(s) da Infância: dialogando com o passado, construindo o futuro**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

_____. FORMOSINHO, João. **Associação Criança: um contexto de formação em contexto**. Minho: Livraria Minho, 2001.

PADILHA, Paulo R. **Planejamento Dialógico: como construir o Projeto Político Pedagógico da Escola**. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002. v.7.

ROSEMBERG, F. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, nº 107, pp. 7-40, julho, 1999.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.) **Projeto Político Pedagógico: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1995.